

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

**À Diretoria e associados da
AFIP - Associação Fundo de Incentivo à Pesquisa
São Paulo, SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do AFIP - Associação Fundo de Incentivo à Pesquisa, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AFIP - Associação Fundo de Incentivo à Pesquisa, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações, e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades sem Finalidades de Lucros (ITG 2002).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Partes Relacionadas

Em decorrência dos assuntos mencionados nas notas explicativas nº 10 e 11,



enfatizamos que a entidade possui transações com partes relacionadas. Essas transações poderiam determinar resultados financeiros diferentes para a entidade, se realizadas com partes não relacionadas.

Processos Judiciais e Administrativo

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 14 no tocante a incerteza relacionada com o desfecho dos processos administrativos junto a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo/Fazenda Publica do Estado de São Paulo e Prefeitura do Município de São Paulo, no montante de R\$ 147.016 mil, que os assessores jurídicos classificam como perda possível e de acordo com a NBC TG 25 (R1) nenhuma provisão é requerida. As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 não incluem nenhum ajuste relativo a essa possível perda/desembolso dessa contingência. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores comparativos

As demonstrações contábeis mencionadas no primeiro parágrafo incluem, para fins de comparação, informações contábeis correspondentes ao balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2017, ao resultado, mutação do patrimônio líquido, fluxos de caixa do exercício findo nesta data. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram por nós examinadas de acordo com as normas de auditoria vigentes com emissão de relatório em 28 de abril de 2017 com modificação do imobilizado.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, porém em razão da entidade não estar obrigada a publicar este relatório, este relatório não é elaborado e conseqüentemente, não acompanha as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no

Brasil para às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2018.

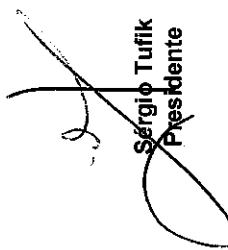
Cokinós & Associados
COKINOS & ASSOCIADOS
Auditores Independentes S/S
CRC-2SP 15.753/O-0
Registro CVM n.º 7.739

René Ceccacci
RENE CECCACCI
Contador
CRC-1SP141697/O-7

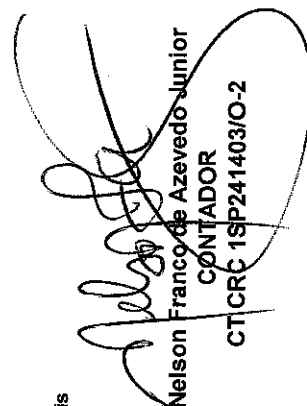
ASSOCIAÇÃO FUNDO DE INCENTIVO À PESQUISA
CNPJ/MF: 47.673.793/0001-73
BALANÇO PATRIMONIAL

Em reais

ATIVO		N.E	2.017	2.016	PASSIVO		N.E	2.017	2.016
Circulante			97.863.539	85.383.367	Circulante			73.834.237	64.591.780
Caixa e equivalente de caixa	04		9.206.736	9.491.086	Empréstimos e financiamentos	12		28.700.980	20.729.696
Valores a receber	05		59.048.374	39.504.360	Fornecedores			20.593.865	22.753.110
Valores a receber - Ceac Norte	10		4.174.406	3.392.606	Valores a pagar - Ceac Norte	16		4.365.063	3.392.606
Partes relacionadas	11		10.099.453	12.240.646	Obrigações tributárias			1.368.192	1.285.070
Adiantamentos	06		179.046	595.772	Obrigações trabalhistas	15		5.250.114	4.244.412
Despesas antecipadas			81.769	295.419	Obrigações sociais	17		1.836.537	1.555.663
Outros créditos	07		1.505.400	2.749.666	Provisões trabalhistas			10.902.509	9.978.051
Estoques	08		13.568.355	17.113.812	Recebimento antecipado			435.990	415.803
					Outras contas a pagar			259.667	237.367
					Subvenções a realizar			121.320	-
Não Circulante			125.847.766	135.779.511	Não Circulante				
Partes relacionadas	11		-	4.157.868	Exigível a Longo Prazo			5.401.038	23.155.285
Imobilizado	09		125.351.699	130.917.999	Empréstimos e financiamentos	12		1.750.000	19.015.695
Intangível	09		496.067	703.644	Provisão p/contingências	14		3.651.038	4.139.590
TOTAL DO ATIVO			223.711.305	221.162.878	Patrimônio líquido			144.476.030	133.415.813
					TOTAL DO PASSIVO			223.711.305	221.162.878


Sérgio Tufik
Presidente

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis


Nelson Franco de Azevedo Junior
CONTADOR
CTCRC 1SP241403/O-2

ASSOCIAÇÃO FUNDO DE INCENTIVO À PESQUISA

CNPJ/MF: 47.673.793/0001-73

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERAVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO

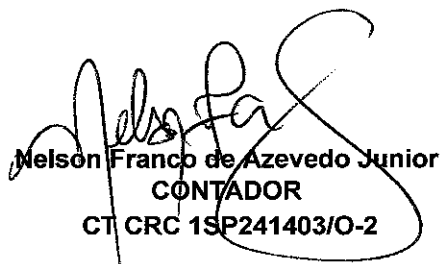
Em reais

	<u>2.017</u>	<u>2.016</u>
RECEITAS OPERACIONAIS BRUTAS	412.888.099	401.869.275
Receitas de atividades assistenciais	410.649.609	396.357.201
Receitas operacionais	379.051.879	351.442.204
Receitas de Prestação de Serviços	152.141.016	134.612.069
Receitas de Convenios - SUS	168.237.619	171.882.404
Receitas de Convenios -CEAC	53.707.473	50.366.644
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(8.155.840)
Outros	4.965.772	2.998.280
Glosas	-	(261.353)
Outras Receitas operacionais	31.597.729	44.914.997
Outros	1.427.143	17.775.789
Donativos	1.523.265	861.053
Receitas subvenção - Investimento	3.536	-
Receitas Com Isenções Usufruídas	13 28.643.786	26.278.155
Receitas financeiras, patrimoniais e extraordinárias	2.238.490	5.512.074
Receitas Financeiras	2.238.490	5.512.074
DESPESAS OPERACIONAIS	401.827.881	375.365.679
Despesas com atividades assistenciais	393.172.636	367.797.130
Despesas com pessoal	141.692.760	128.401.953
Despesas administrativas e gerais	97.700.850	90.603.745
Serviços prestados por terceiros	9.547.681	13.616.922
Medicamentos e Materiais de laboratório	104.308.005	97.051.148
Impostos e taxas	742.450	1.440.652
Despesas com Depreciação	10.046.035	10.404.555
Provisão para desvalorização imobilizado	491.069	-
Despesas com Isenções Usufruídas	13 28.643.786	26.278.155
Outras Despesas operacionais	8.655.246	7.568.549
Despesas financeiras	8.655.246	7.568.549
DÉFICIT/SUPERAVIT DO EXERCÍCIO	<u>11.060.217</u>	<u>26.503.596</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis



Sérgio Tuñik
Presidente



Nelson Franco de Azevedo Junior
CONTADOR
CT CRC 1SP241403/O-2

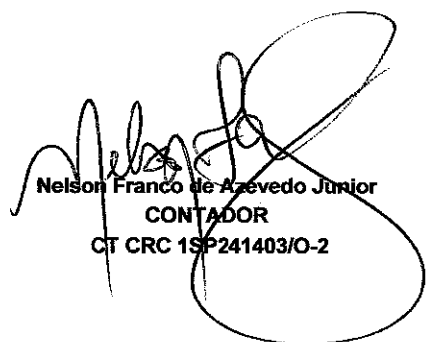



ASSOCIAÇÃO FUNDO DE INCENTIVO À PESQUISA
CNPJ/MF: 47.673.793/0001-73
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO
Em reais

	<u>2.017</u>	<u>2.016</u>
Patrimônio Líquido		
No início do exercício	133.415.812	106.912.216
Superávit (Déficit) do exercício	11.060.217	26.503.596
No final do exercício	<u>144.476.029</u>	<u>133.415.812</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis


Sérgio Tufik
Presidente


Nelson Franco de Azevedo Junior
CONTADOR
CT CRC 1SP241403/O-2

7 

ASSOCIAÇÃO FUNDO DE INCENTIVO À PESQUISA
CNPJ/MF: 47.673.793/0001-73
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
(em reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superavit/Deficit Líquido	11.060.217	26.503.596
Itens que não afetam o caixa:		
Provisão para desvalorização imobilizado	491.069	-
Depreciação	10.046.035	10.375.814
Variações nos Ativos e Passivos		
Diminuição/Aumento Valores a Receber	(19.899.930)	5.337.431
Diminuição/Aumento Partes relacionadas	6.845.634	3.886.726
Diminuição/Aumento de Estoques	3.545.457	(2.618.631)
Diminuição/Aumento de Despesas Antecipadas	213.650	(274.138)
Aumento/Diminuição em Fornecedores	(2.159.246)	(4.472.296)
Aumento/Diminuição em Impostos	83.123	275.864
Diminuição/Aumento em Salários e Encargos	2.211.034	1.533.343
Aumento/Diminuição Outros Débitos/Créditos	1.804.611	(447.106)
Aumento/Diminuição Provisões e Contas a Pagar	(468.365)	(12.915.896)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	13.773.288	27.184.707
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de bens no imobilizado ao custo	(5.269.850)	(4.606.274)
Vendas de bens no imobilizado ao custo	487.991	1.687.343
Aquisições de bens no intangível ao custo	(68.995)	(431.757)
Vendas de bens no intangível ao custo	246	349.378
Ajustes depreciação	87.484	7.138
Ajustes do Intangível	(103)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(4.763.227)	(2.994.172)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e Financiamentos obtidos	1.461.170	13.636.444
Empréstimos e Financiamentos pagos	(10.755.582)	(30.870.857)
Caixa Líquido consumido nas Atividades de Financiamento	(9.294.412)	(17.234.413)
Varição de caixa e equivalente de caixa	<u>(284.350)</u>	<u>6.956.122</u>
Saldo de caixa e equivalente de caixa no início do exercício	9.491.086	2.534.964
Saldo de caixa e equivalente de caixa no final do exercício	<u>9.206.736</u>	<u>9.491.086</u>
Varição de caixa e equivalente de caixa	<u>(284.350)</u>	<u>6.956.122</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

Sérgio Tufik
Presidente

Nelson Franco de Azevedo Junior
CONTADOR
CT CRC 1SP241403/O-2

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
Em reais**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a. Reconhecimento de utilidade pública:

A AFIP- **Associação Fundo de Incentivo à Pesquisa** é uma instituição beneficente de assistência social, estabelecida na Rua Napoleão de Barros, 925, Vila Mariana, São Paulo, estado de São Paulo, fundada em 24 de agosto de 1.971, reconhecida de utilidade pública e como entidade filantrópica pelas autoridades federais, estaduais e municipais. Constituída sob forma de associação sem fins lucrativos, com certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, aprovada pela Portaria nº 601 de 27 de março de 2017, o pedido de renovação sob o nº 25000-128892/2015-28 com validade para período de 25 de agosto de 2015 a 24 de agosto de 2018.

b. Áreas de atuação e objeto social

A Associação tem por objetivo básico, sem visar lucro, atuando nos seguintes segmentos:

- Prestar assistência à saúde da população através de serviços ambulatoriais e ou laboratoriais a terceiros, inclusive ao Estado, municípios, autarquias e empresas mistas e públicas,
- Manter ambulatório médico, laboratório clínico e os órgãos de natureza correlatos, para atendimento à comunidade carente;
- Estimular a investigação médica-científica e contribuir para elevação do nível cultural da classe médica, promovendo cursos de aperfeiçoamento, debates, conferências, reuniões congressos, favorecendo o intercâmbio de pesquisadores e professores com instituições congêneres e concedendo bolsas de estudo;
- Promover e reintegrar indivíduos com dependência química a vida comunitária.

c. Administração

Conforme os estatutos sociais, a Associação é governada pela Assembléia Geral dos Associados, e é dirigida e administrada no dia-a-dia por uma Diretoria eleita pela Assembléia para um mandato de quatro anos, sem direito a qualquer espécie de remuneração ou indenização.

d. Manutenção financeira da Associação

Os recursos financeiros necessários à realização dos objetivos sociais da AFIP são provenientes principalmente de:

- De donativos de pessoas físicas e jurídicas;
- Serviços análises clínicas laboratoriais;

- De receitas assistenciais;
- De contratos de prestação de serviços; e
- De receitas financeiras.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas em observância Resolução CFC 1409/2012 que aprovou a ITG 2002, aplicáveis às Entidades sem Finalidades de Lucros e em conformidade a legislação societária e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). A emissão das presentes demonstrações contábeis foi aprovada pela diretoria em 26 de abril de 2018.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

a. Base de preparação e apresentação – As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas como mencionado no item 2 acima. A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com a legislação societária e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requeiram maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis.

b. As receitas e despesas - são apropriadas pelo regime de competência. As receitas com donativos são reconhecidos no momento do efetivo recebimento. As receitas operacionais quando os serviços foram efetivamente concluídos e for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade.

c. Ativo Circulante - O ativo circulante está demonstrado pelos valores de custo deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para reduções ao valor recuperável.

d. Moeda de apresentação – As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais.

e. Caixa e equivalentes de caixa – Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo que estão registradas pelo valor de aplicação acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço.

f. Aplicações financeiras - São registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço e não superam o valor de mercado.

g. Estoques – Foram avaliados pelo custo de aquisição.

h. Contas a receber – Estão representadas por valores a receber referente a atendimento Sistema Único de Saúde - SUS e convênios médicos privados.

i. Provisão para crédito de liquidação duvidosa - A provisão para liquidação duvidosa foi constituída num montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, levando-se em consideração a análise das garantias e riscos de realizações de créditos.

j. Ativo Não Circulante

- **Imobilizado** - É demonstrado ao custo de aquisição, sendo que as depreciações estão sendo calculadas pelo método linear, levando em consideração o tempo de vida útil e econômica dos bens.
- **Intangível** - Inclui direitos de uso de “software”, sendo amortizado na base de 20% a.a, e patentes.
- **Impairment** - O imobilizado é revisto para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo

k. Passivo Circulante É demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridos.

l. Fornecedores - São obrigações referentes aquisições de Bens, materiais, medicamentos e serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente.

m. Provisão de férias - Constituída com base na remuneração dos empregados, incluindo as férias vencidas e proporcionais e os encargos sociais correspondentes.

n. Passivo Não Circulante - É demonstrado por valores conhecidos e calculáveis, incluindo os encargos incorridos.

o. Patrimônio líquido – É representado pelo patrimônio inicial da entidade, acrescido do superávit e ou diminuído do déficit apurados anualmente, conforme legislação em vigor.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Representado como segue:

Descrição	2017	2016
Caixa e bancos – sem restrição	4.682.629	924.829
Caixa e bancos – com restrição	178	210.115
Aplicações financeiras – sem restrição	4.519.686	8.356.142
Aplicações financeiras – com restrição	4.243	-
Total	9.206.736	9.491.086

5. VALORES A RECEBER

Os saldos a receber estão substancialmente representados por serviços prestados a Autarquias, Prefeituras, Organizações Sociais de Saúde, Fundações e Associações em conformidade com as normas e tabelas estabelecidas pelo convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS), do Ministério da Saúde, com operadoras de convênios, empresas, particulares e outros.

Descrição	2017	2016
Secretaria Municipal de Saúde – São Paulo	13.941.930	10.180.109
Secretaria Municipal de Saúde – Jundiaí	3.673.371	3.352.618
Secretaria Municipal de Saúde – Cuiabá	1.996.941	3.001.256
Prefeitura Municipal de Guarulhos	8.348.906	4.356.546
Secretaria Municipal de Saúde – Santos	2.647.774	1.426.123
Assoc. Campo Grande-Santa Casa	69.039	536.676
Secretaria Municipal da Saúde-Rio de Janeiro	5.317.763	3.334.884
Hospital Vila da Serra	477.534	383.682
Prefeitura Municipal de Várzea Grande-Mato Grosso	127.080	328.450
Prefeitura de Mauá	3.455.898	-
Hospital de Caridade São Vicente de Paula	680.791	680.791
Secretaria Municipal de Saúde – Sumaré	1.708.073	926.296
Secretaria Municipal de Saúde – Santa do Parnaíba	493.512	33.610
Secretaria Municipal de Saúde – Sorocaba	2.362.552	1.770.784
Fundação do ABC	1.725.833	-
Laboratório Santa Paula	1.597.913	-
Hospital Vera Cruz	1.934.494	-
Demais clientes	16.587.652	17.348.375
Subtotal	67.147.056	47.660.200
Menos: provisão p/crédito de liquidação duvidosa	-8.098.682	-8.155.840
Total	59.048.374	39.504.360

6. ADIANTAMENTOS

Descrição	2017	2016
Empréstimos a Empregados	133.597	165.511
Adiantamento a Fornecedores	45.449	430.261
Total	179.046	595.772

7. OUTROS CRÉDITOS

Descrição	2017	2016
Depósitos Judiciais	885.865	1.929.470
Cheques em cobrança	23.733	25.772
Bloqueio Judicial	-	3.126
Depósito em garantia	595.802	791.298
Total	1.505.400	2.749.666

8. ESTOQUES

Os estoques são valorizados pelo custo médio e não superam o valor de mercado. No balanço final os saldos eram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Materiais para laboratório – reagente	9.636.055	13.328.718
Materiais para laboratório – coleta	1.725.753	1.738.219
Material de limpeza e higiene	138.083	121.968
Material de escritório	385.383	354.422
Material de manutenção	28.016	27.013
Material de copa e cozinha	33.107	34.690
Suprimento de informática	50.985	33.869
Medicamentos	31.852	25.578
Materiais Auxiliares	1.252.997	1.130.665
Estoque em poder de terceiros	120.229	104.060
Outros itens	165.895	214.610
Total	13.568.355	17.113.812

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Demonstrado com base no valor original de custo, menos a depreciação acumulada. A depreciação é computada pelo método linear, em função da vida útil estimada.

De acordo com a assessoria jurídica, há imóveis penhorados, no valor estimado de R\$ 550.000.

Descrição	Taxa de	2017			2016
	Depreciação	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos sem restrição	-	17.800.706	0	17.800.706	17.800.707
Edificações e benfeitorias sem restrição	4%	53.266.710	11.664.497	41.602.214	43.732.881
Edificações-Ajuste Aval. Patrim. ICPC10 (**)	4%	51.895.580	10.415.662	41.479.918	43.555.741
Máquinas e equipamentos sem restrição	10%	4.184.222	2.451.827	1.732.395	1.754.544
Máquinas, acessórios e copiadora com restrição	(*)	134.947	83.239	51.708	24.439
Caixas formas e moldes s/ restrição	10%	1.140	1.140	0	0
Veículos s/ restrição	20%	130.850	130.850	0	0
Móveis e utensílios sem restrição	10%	6.024.231	3.891.103	2.133.128	1.981.688
Móveis e utensílios com restrição	(*)	319.527	266.083	53.444	21.368
Instalações sem restrição	10%	647.263	618.150	29.112	75.860
Instalações com restrição	(*)	27.000	27.000	0	1
Equipamento de processamento dados sem restrição	20%	11.692.786	9.956.697	1.736.089	1.736.314
Equipamento de processamento dados com restrição	(*)	624.883	483.088	141.795	58.321
Aparelhos e instrumentos sem restrição	10%	257.821	209.908	47.913	40.538
Aparelhos e instrumentos com restrição	(*)	10.081	8.573	1.508	671
Camara frigorifica s/ restrição	10%	11.333	0	11.333	0
Biblioteca s/ restrição	10%	17.443	17.443	0	0
Equipamentos telefônicos sem restrição	10%	1.688.247	1.016.939	671.308	765.924
Equipamentos telefônicos com restrição	(*)	2.765	469	2.296	250
Benfeitoria em Imóveis de Terceiro	10%	1.683.638	314.906	1.368.732	1.477.523
Obras de Arte s/ restrição	-	27.028	0	27.028	0
Equip Med Cir Hosp s/ restrição	10%	50.472.064	35.108.104	15.363.960	17.087.254
Equip Med Cir Hosp c/ restrição	(*)	470.009	403.141	66.868	39.498
Ferramentas e Utensílios s/ restrição	10%	26.615	13.762	12.853	14.958
Equip. Copa Bar Rest. s/ restrição	10%	1.102.714	743.397	359.317	357.651
Equip. Copa Bar Rest. c/ restrição	(*)	107.852	85.880	21.972	11.822
Equip. de Segurança s/ restrição	10%	51.775	44.070	7.704	9.003
Equip. de Segurança c/ restrição	(*)	1.328	424	904	1.243
Copiadora Xerox s/ restrição	10%	35.398	34.416	982	1.233
Copiadora Xerox c/ restrição	(*)	104.042	104.042	0	0
Equip. eletro eletrônicos s/ restrição	10%	2.362.108	2.117.060	245.048	345.613
Equip. eletro eletrônicos c/ restrição	(*)	17.766	12.898	4.868	895
Subtotal		205.199.872	80.224.767	124.975.104	130.895.941
Imobilizações em andamento	-	867.663	0	867.663	22.058
Provisão p/perda desvalorização	-	(491.068)	0	(491.068)	0
Totais		205.576.467	80.224.767	125.351.699	130.917.999

Movimentação do custo

Imobilizado

Contas	2016			2017
	Custo	Adições	Baixas	Saldo
Terrenos sem restrição	17.800.707	-	-	17.800.707
Edificações e benfeitorias sem restrição	53.266.710	-	-	53.266.710
Edificações – Ajuste Avaliação Patrim ICPC10	51.895.580	-	-	51.895.580
Máquinas e equipamentos sem restrição.	3.893.693	314.062	23.533	4.184.222
Máquinas, acessórios e copiadora com restrição.	95.723	39.224	-	134.947
Caixas Formas e Moldes s/ restrição	1.140	-	-	1.140
Veículos s/ restrição	130.850	-	-	130.850
Móveis e utensílios sem restrição	5.507.768	547.836	31.373	6.024.231
Móveis e utensílios com restrição	273.534	45.993	-	319.527
Instalações sem restrição	647.796	-	533	647.263
Instalações com restrição	27.000	-	-	27.000
Equipamento de processamento dados sem restrição	11.129.456	784.363	221.033	11.692.786
Equipamento de processamento dados com restrição	531.857	118.788	25.762	624.883
Aparelhos e instrumentos sem restrição	244.553	13.632	364	257.821
Aparelhos e instrumentos com restrição	8.867	1.214	-	10.081
Camaras Frigorificas s/ restrição	11.333	-	-	11.333
Biblioteca s/ restrição	17.443	-	-	17.443
Equipamentos telefônicos sem restrição	1.652.633	36.954	1.340	1.688.247
Equipamentos telefônicos com restrição	310	2.455	-	2.765
Benfeitoria em Imóveis de Terceiro	1.626.630	57.008	-	1.683.638
Obra de Arte s/ restrição	27.028	-	-	27.028
Equipamentos médico-cirúrgico sem restrição	49.436.875	2.212.504	1.177.315	50.472.064
Equipamentos médico-cirúrgico com restrição	426.248	43.761	-	470.009
Ferramentas e Utensílios s/ restrição	26.148	467	-	26.615
Equipamentos de copa, bar e cozinha sem restrição.	1.041.533	70.681	9.500	1.102.714
Equipamentos de copa, bar e cozinha com restrição.	94.402	15.860	2.410	107.852
Equipamentos de Segurança s/ restrição	55.799	2.355	6.379	51.775
Equipamentos de Segurança c/ restrição	1.328	-	-	1.328
Copiadora/ Xerox s/ restrição	35.398	-	-	35.398
Copiadora/ Xerox c/ restrição	104.042	-	-	104.042
Equipamento eletroeletrônico sem restrição	2.488.367	25.590	151.849	2.362.108
Equipamento eletroeletrônicos com restrição	12.888	4.878	-	17.766
Imobilizações em andamento	22.059	845.603	-	867.662
Provisão p/perda desvalorização	-	-	491.068	-
Totais	202.535.698	5.183.228	2.142.459	205.576.467

(*) Refere-se aos bens registrados no CEAC Norte e adquiridos com os recursos oriundos do Contrato de Gestão firmado com Governo do Estado de São Paulo, no montante de R\$ 1.440.847 menos depreciação de R\$ 1.183.609, registrados ao custo histórico mais as adições e baixas ocorridas até a data do balanço, sendo depreciado pelo método linear a taxas que levam em conta o prazo do Contrato de Gestão, desconsiderando o valor residual dos bens, uma vez que ao término do contrato de gestão, caso não ocorra à renovação os referidos bens adquiridos serão revertidos ao Estado;

(**) Em 2012 a Entidade procedeu a atendimento aos preceitos da Lei 11.638/07 e das deliberações CVM nº 583 de 31 de julho de 2009 (CPC 27 – Ativo Imobilizado); CVM nº 609 de 22 de dezembro de 2009 (CPC 37 – adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) e CVM nº 619 de 22 de dezembro de 2009 (ICPC 10 esclarecimentos CPC 27) e ITG 2002. A contabilização da avaliação do principal imóvel entidade e o ajuste foi lançado em conta de ajuste de avaliação patrimonial.

INTANGÍVEL

A evolução ocorrida nas contas de imobilizado em 2017, foi a seguinte:

Descrição	Taxa de	2017			2016
	Amortização	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Marcas e Patentes s/ restrição	-	130	-	130	-
Direito de uso de software sem restrição	20%	3.644.148	3.165.881	478.267	684.536
Direito de uso de software com restrição	(*)	162.321	158.839	3.482	4.790
Sistema Process. de Dados sem restrição	20%	14.188	-	14.188	14.318
Totais		3.820.787	3.324.720	496.067	703.644

Movimentação do custo

INTANGÍVEL

Contas	2016	2017			
	Custo	Ajuste	Adições	Baixas	Saldo
Marcas e Patentes s/ restrição	130	-	-	-	130
Direito de uso de software sem restrição	3.575.863	-	68.995	712	3.644.147
Direito de uso de software com restrição	162.321	-	-	-	162.321
Sistema Process. De Dados s/ restrição	14.188	-	-	-	14.188
Totais	3.752.504	-	68.995	712	3.820.787

10. TRANSAÇÕES CEAC NORTE

Alguns exames ambulatoriais não podem ser processados nas unidade de atendimento. Conforme dispositivo previsto no Regimento Interno da Organização Social Associação Fundo de Incentivo à Pesquisa – Centro Estadual de Análises Clínicas da Zona Norte – CEAC- Norte, são processados no laboratório central, mensalmente é transferido à Associação Fundo de Incentivo à Pesquisa recursos para pagamentos dos desses exames ambulatoriais e especiais da AFIP que foram realizados para o Centro Estadual de Análises Clínicas da Zona Norte – CEAC- Norte, os quais são reembolsados à AFIP Central de acordo com as despesas mensais relativas aos exames efetivamente realizados, estes valores, são estabelecidos pela administração levando em conta, dentre outros critérios, a proporção dos exames realizados no laboratório em relação ao total das despesas mensais do mesmo. Este procedimentos passou vigorar a partir do exercício de 2016. Os valores mensais transferidos estão demonstrados como segue:

Meses	2017	2016
Janeiro	1.861.250	1.724.071
Fevereiro	1.731.912	1.976.731
Março	1.898.002	2.232.511
Abril	1.840.634	2.122.254
Maio	2.077.118	2.110.524
Junho	1.885.001	2.157.815
Julho	2.090.106	1.926.915
Agosto	1.975.710	2.042.717
Setembro	1.979.972	1.959.808
Outubro	2.118.074	1.985.716
Novembro	1.986.129	2.062.106
Dezembro	1.960.235	1.731.912
TOTAL	23.404.143	24.033.080

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, bem como as transações que influenciam o resultado do exercício, relativas às operações com CEAC Norte decorrem de transações entre a CEAC Norte e a AFIP. Tais operações incluem basicamente a prestação de serviços, o saldo da conta partes relacionadas, está assim representada:

Descrição	2017	2016
Contas a Receber e a Pagar	4.174.406	3.392.606
Total	4.174.406	3.392.606

11. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são representadas principalmente pela prestação de serviço e pela venda de ativo imobilizado pela AFIP Associação Fundo de Incentivo à Pesquisa.

Os saldos entre partes relacionadas das contas patrimoniais estão demonstrados conforme abaixo:

ATIVO CIRCULANTE

Descrição	Valores a receber	
	2017	2016
T.K.S. Sistema Hospitalar e Consultórios Médicos Ltda.	5.537.468	5.931.800
ALLIAR-Centro de Imagem e Diagnóstico	404.117	-
Subtotal	5.941.585	5.931.800

Descrição	Outros créditos	
	2017	2016
T.K.S. Sistema Hospitalar e Consultórios Médicos Ltda.	4.157.868	6.308.846
Subtotal	4.157.868	6.308.846
Total	10.099.453	12.240.646

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Descrição	Outros créditos – Vendas Ativos	
	2017	2016
T.K.S. Sistema Hospitalar e Consultórios Médicos Ltda.	-	4.157.868
Total	-	4.157.868

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Representam empréstimos e financiamentos como segue:

Origem	Tipo	Garantia	Circulante	N.Circulante	Total
Bradesco	Empréstimo	imóvel	3.718.100	-	3.718.100
Bradesco	Capital Giro	imóvel	3.000.000	1.750.000	4.750.000
Caixa Ec.Federal	Capital Giro	Deposito garantia	242.724	-	242.724
Safra	Capital Giro	recebíveis	18.087.833	-	18.087.833
Proprietário	Financiamento direto	imóvel	3.629.799	-	3.629.799
Banco IBM	leasing	-	22.524	-	22.524
Total			28.700.980	1.750.000	30.450.980

13. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS

Em atendimento ao Decreto nº 7.237 de 20 de julho de 2010 e a Lei 12.101 de 17 de novembro de 2009, demonstramos a seguir, os valores relativos a isenções previdenciárias, como se devido fosse, gozadas durante o exercício:

Descrição	2017
Ordenados e salários.	90.434.946
(*) Percentual de contribuição	27,80%
(a) Ordenados e salários	25.140.915
Ordenados e salários - CEAC	12.459.920
(*) Percentual de contribuição	26,80%
(b) Ordenados e salários	3.339.259
Serviços prestados por pessoa física (autônomos inclusive médicos)	487.913
Percentual de contribuição devida	20,00%
(c) sobre autônomos	97.583
Cooperativas	440.197
Percentual de contribuição devida(c)	15,00%
(d) sobre Cooperativas	66.030
Total devido caso a entidade não gozasse de isenção (a) + (b) + (c) + (d) =	28.643.786

(*) INSS 20%, SESC 1,5%, SENAC 1%, SEBRAE 0,60%, INCRA 0,20%, Sal. -educação 2,5% e Seguros contra riscos e acidentes 2%

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

É constituída pela Administração de acordo com a avaliação de risco elaborada pela assessoria jurídica na data do balanço, nos diversos processos de natureza trabalhista, cível e fiscal que a AFIP figura como ré. A AFIP consoante NBC TG 25 só contabiliza as perdas prováveis, cujos montantes estão assim representados.

Descrição	2017	2016
	Não Circulante	Não Circulante
Contingências cíveis e trabalhistas	1.824.332	3.044.180
Contingências tributárias	1.826.706	1.095.410
Total contingências	3.651.038	4.139.590

A AFIP possui ainda ações judiciais de natureza trabalhista no montante de R\$ 7.488.865, cíveis no montante de R\$ 12.043.398 e tributárias no montante de R\$ 147.016.852. A Administração, acredita que apoiada na opinião de seus consultores Jurídicos, as mesmas podem ser consideradas contingências possíveis que não justificam a constituição de provisão.

15. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Descrição	2017	2016
Salários a pagar	5.168.404	4.194.273
Pensão alimentícia a pagar	13.575	13.732
Quitações a pagar	68.135	36.407
Total Obrigações trabalhistas	5.250.114	4.244.412

16. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Descrição	2017	2016
Contribuição assistencial a recolher	4.218	30.054
Contribuição Confederativa a recolher	1.669	941
PIS s/ folha de pagamento	164.901	144.460
ISS retido	31.787	12.743
Contribuição sindical a recolher	3.133	1921
INSS retido na fonte a recolher	9.093	13.842
IRRF a recolher	40.650	41.238
IRRF s/folha de pagamento	961.740	784.849
Pis/Cofins/Csll retidos a recolher	125.971	120.145
IPTU a recolher	25.030	24381
Parcelamentos diversos a recolher	-	110.496
Total obrigações tributárias	1.368.192	1.285.070

17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Descrição	2017	2016
INSS a recolher	768.384	634.432
FGTS a recolher	1.068.153	921.231
Total Obrigações sociais	1.836.537	1.555.663

18. RECEITAS E DESPESAS

As receitas da entidade são apuradas através de comprovantes de recebimentos, entre eles, avisos bancários, recibos e outros. As receitas estão apuradas, excetuando-se as inadimplências e/ou valores considerados incobráveis. As despesas são apuradas através de notas fiscais, recibos, contratos e em conformidade com as exigências legais e fiscais.

19. SEGUROS

A Instituição, orientada por especialistas, mantém apólices para cobertura de seguros em montantes julgados suficientes para cobrir os eventuais sinistros dos seus bens patrimoniais.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Representa o patrimônio inicial da Associação Fundo de Incentivo a Pesquisa - AFIP, acrescido dos Superávits ou diminuído dos Déficits e ajustes apurados anualmente desde a data de sua constituição. O resultado apurado em cada exercício, consoante previsão estatutária, é incorporado ao Patrimônio Social após aprovação da Assembleia Geral.

21. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO SUS

Conforme determinação no artigo 4º da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009 e artigo 20 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, a entidade cumpriu o percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) de atendimentos de saúde no SUS – Sistema Único de Saúde, conforme demonstrativo comparativo, indicado abaixo:

Item	Quantidade	Quantidade
	2017	2016
Quantidade de atendimentos SUS	31.459.447	30.989.251
Quantidade de atendimentos convênio e particulares	13.713.538	13.925.880
Total dos atendimentos realizados no ano	45.172.985	44.915.131
Participação nos atendimentos SUS	70%	69%

22. TRABALHO VOLUNTÁRIO

De acordo com a Resolução CFC nº 1.409 de 21/09/2012 que aprovou a ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros, a Associação Fundo de Incentivo à Pesquisa não utilizou o trabalho voluntário em 2017, e não considera o trabalho não remunerado de sua Diretoria Estatutária como voluntário, motivo pelo qual não houve registro material a efetuar.